



**Comissão Pastoral da Terra**  
**Diocese de Santarém**

### **“Os Impactos Sociais da Soja no Pará”**

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde 2005 vem acompanhando e monitorando a expansão do monocultivo da soja no Pará. Constatamos que nos pólos Paragominas, Redenção (sul) e Pólo Santarém, além dos impactos ambientais, havia também inúmeros conflitos sociais promovidos pela chegada da soja.

Em Santarém, com a construção do porto graneleiro, da multinacional Cargill, a região passou a ter um pólo promissor para o plantio de soja, apesar das denúncias de ilegalidade desse porto.

O baixo preço da terra e a garantia de um comprador para o grão foram suficientes para a chegada de centenas de pessoas vindas do Sul do País, geralmente com passagem por Mato Grosso, que se aventuraram com a soja na região.

Esta corrida voraz por terras causou muitos conflitos sociais e se tornou comum ouvir relatos de casas queimadas, expulsões de famílias, ameaças de morte, intimidações às lideranças, grilagem de terras, supressão de florestas que também se tornaram manchetes dentro e fora do Brasil.

Grandes ONGs conduziram parte da discussão por um viés puramente ambientalista deixando em segundo plano os conflitos sociais, ficando apenas por conta dos movimentos sociais locais as denúncias sobre a forma violenta com que a expansão da soja vinha acontecendo nesta região.

A CPT vem denunciando a extinção de comunidades locais, processos judiciais de manutenção de posse e ameaças às terras indígenas, na perspectiva de mostrar os conflitos sociais causados no Oeste do Pará, pela expansão desta monocultura.

Nesse contexto, no Pólo Santarém, a CPT tem atuado mais diretamente em três áreas:

**\*Município de Prainha.**

Na Comunidade de Majary onde está à família de Dona Maria Raimunda dos Santos, que trava na justiça uma batalha para não perder a posse da sua terra para produtores de soja vindos do sul do Brasil.

**\*Área da Gleba Nova Olinda.**

Localizada a oeste da cidade de Santarém entre os rios Amazonas e Tapajós. Nesta região, três aldeias indígenas sofrem a ameaça de perder seu território para empresários da soja e madeireiros.

**\*Área do Planalto.**

Esta região compreende os municípios de Santarém e Belterra, localizada entre os eixos da BR 163 e a PA 370. Nestes dois municípios a soja teve sua maior produção nos últimos anos. Foi também nesta região que a CPT observou o grande impacto social à medida que as famílias foram obrigadas a deixar suas moradas para dar lugar aos campos de soja.

Rua Floriano Peixoto, 634 – Altos – Fone: 093 3522 1777 - Cep 68.005-060 E-mail

[cptsantarem@gmail.com](mailto:cptsantarem@gmail.com)

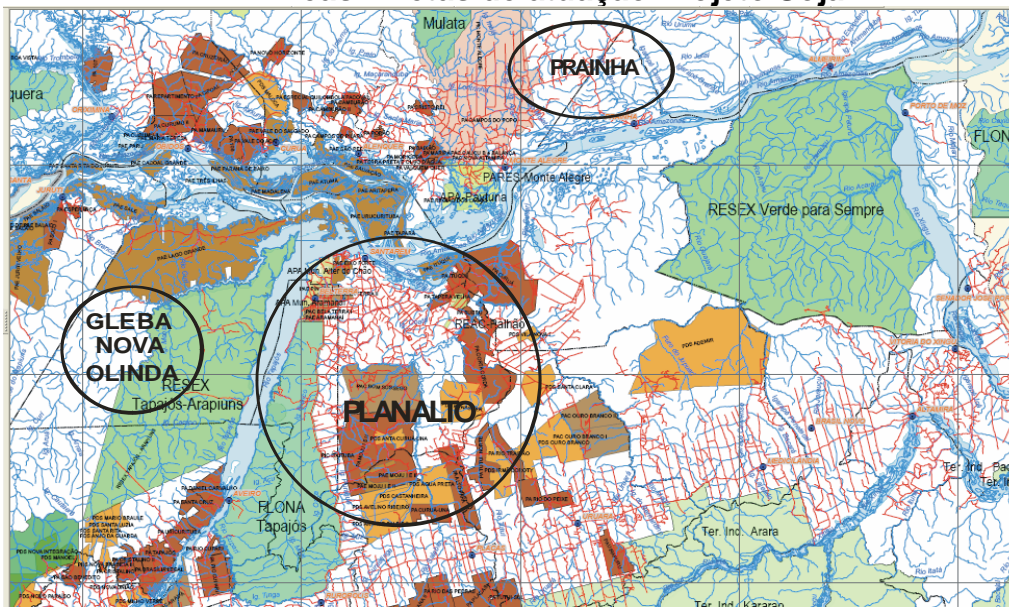
Santarém-Pará



**Comissão Pastoral da Terra  
Diocese de Santarém**

Além destas áreas são constantes as denúncias que chegam até nós por disputas de terras nos municípios de Monte Alegre, Alenquer, Rurópolis e Aveiro.

**Áreas Diretas de atuação Projeto Soja.**



Fonte: IBAMA, 2007. Modificado por CPT, 2008.



Em **Prainha** a CPT acompanha o caso de Dona Maria Raimunda, que há quatro anos busca na justiça a manutenção de sua posse. Por volta de 2004, dezenas de produtores de grãos vindo do sul do país subiram a PA 254 em busca de terras. Dois irmãos vindos do estado do Paraná compraram terras na comunidade de Majary. Com documentos que foram questionados à justiça, os irmãos tentaram expulsar a família de Dona Maria Raimunda de sua terra. Sua família vive em Majary a mais de 20 anos e nunca tinham tido nenhum problema envolvendo sua terra.

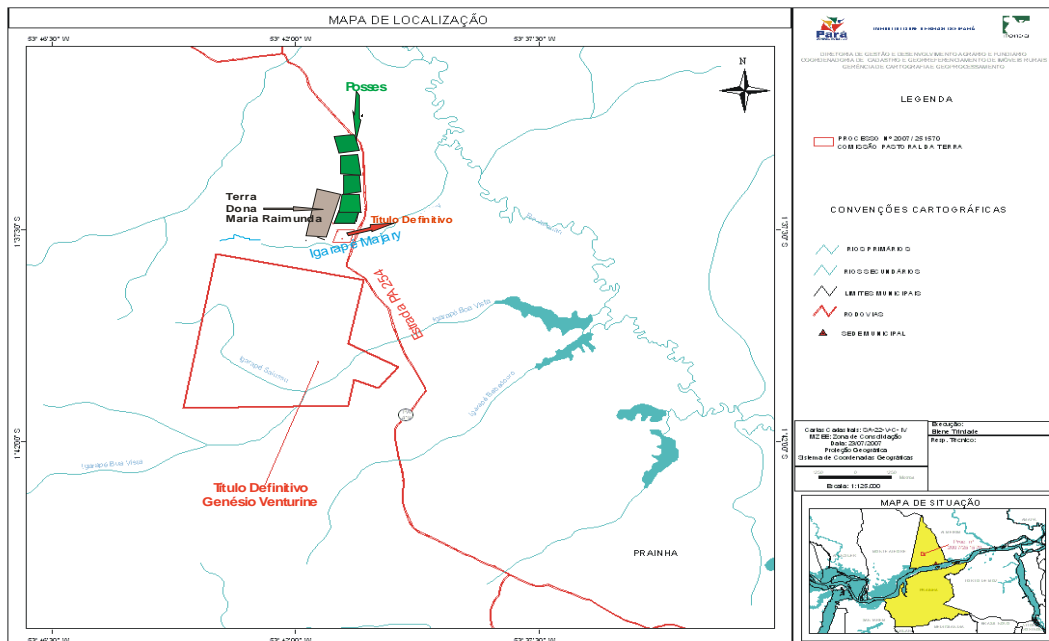
Muitas famílias venderam suas terras para um dos irmãos e a comunidade começa a se tornar propriedade destes irmãos paranaenses. Segundo relatos dos comunitários a venda dos lotes só foi possível com a presença de um agenciador local. Outra situação relatada pelos comunitários é a de que ao comprar lotes próximos a PA 254, vários desses compradores grilaram quilômetros de terra ao fundo, ou seja, lotes que possuíam 1 Km de fundo foram aumentados para 5 ou até 8 Km.

O processo judicial que envolve a terra da família de Dona Maria Raimunda continua aguardando decisão do juiz. O Fórum de Prainha não conta com juizes definitivos, isto tem atrasado a conclusão do processo.



**Comissão Pastoral da Terra  
Diocese de Santarém**

**Mapa que indica situação do caso Dona Maria Raimunda em Majary - Prainha.**



Fonte: ITERPA, 2007. Modificado por CPT, 2008.



A Gleba Nova Olinda não teve sorte diferente. A presença de forasteiros na região, que buscam lucro a qualquer preço, chega próximo a cem. Lá, aquilo que é a benção de Deus, ou seja, a abundancia de recursos naturais, está se tornando uma maldição na medida em que a ganância de grupos econômicos provoca todo tipo de conflitos para explorar tais recursos. Desde 2002 uma cooperativa formada por 50 empresários chegou à região em busca de terra. Os lotes foram demarcados pelos próprios interessados, que apenas com pedido de permuta ou compra ao ITERPA fizeram picos e colocaram marcos. Alguns comunitários foram contratados pelos grileiros e passaram a se tornar dependentes dos empresários, passando a defendê-los em muitos casos.

Em relatório técnico de vistoria na Gleba Nova Olinda realizada pelo IBAMA, em agosto de 2007, foram identificadas várias irregularidades por parte dos pretendentes de terra na Gleba. O mesmo relatório afirma que as populações tradicionais estão ficando com seus territórios “espremidos” às margens dos rios em que se localizam, pois segundo os mapas observados, a Gleba Nova Olinda I está quase na sua totalidade “loteada” entre os integrantes de organizações como a Coepa (Cooperativa do Oeste do Pará). O técnico acrescenta ainda que o perfil dos pretendentes na área da Gleba encaixa-se perfeitamente com os “*modus operandi*” de agricultores vindos do sul, com passagem, quase sempre, por Mato Grosso. Ocupam com agressividade e rapidez as áreas, exploram a madeira, depois fazem o corte raso, em seguida a mecanização para plantios de grãos, quase sempre arroz e a soja.



**Comissão Pastoral da Terra  
Diocese de Santarém**

Esta invasão na região provocou reação de algumas comunidades, entre elas estão três comunidades indígenas (Novo Lugar, Cachoeira do Maró e São José III). Estes povos não aceitam a presença de grileiros em seu território.

Foram feitas várias denúncias às autoridades públicas. Isto culminou com ameaças de morte as lideranças indígenas. Odair Borari, segundo cacique da aldeia Novo Lugar sofreu dois atentados contra sua vida. Depois de muita insistência o cacique recebeu do governo estadual uma proteção pessoal. Porém, a proteção não atende suas necessidades, já que o programa não prevê o acompanhamento fora da cidade de Santarém, nem mesmo dentro da Gleba Nova Olinda, palco do conflito.

Em reconhecimento à sua luta pelos direitos de seu povo a Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil no Pará (OAB-PA), concedeu a Odair Borari o prêmio José Carlos Dias de Castro de Direitos Humanos em dezembro de 2007.

Em 2007, após muitas denúncias, o Iterpa tem conversado com os movimentos sociais locais e algumas entidades que acompanham aquela população como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR) e CPT para discutir a situação fundiária da Gleba. Entre agosto e setembro de 2007 uma equipe do Iterpa vistoriou a área para levantamento ocupacional sócio-econômico e fundiário da Gleba. Os números mais impressionantes do relatório são os da relação de lotes dos 60 pretendentes da área, que juntos somam mais de 112 mil hectares. Somente a família Braun requer mais de 17 mil hectares.



**Fotos da situação de grilagem na terra Indígena (arquivo CPT).**

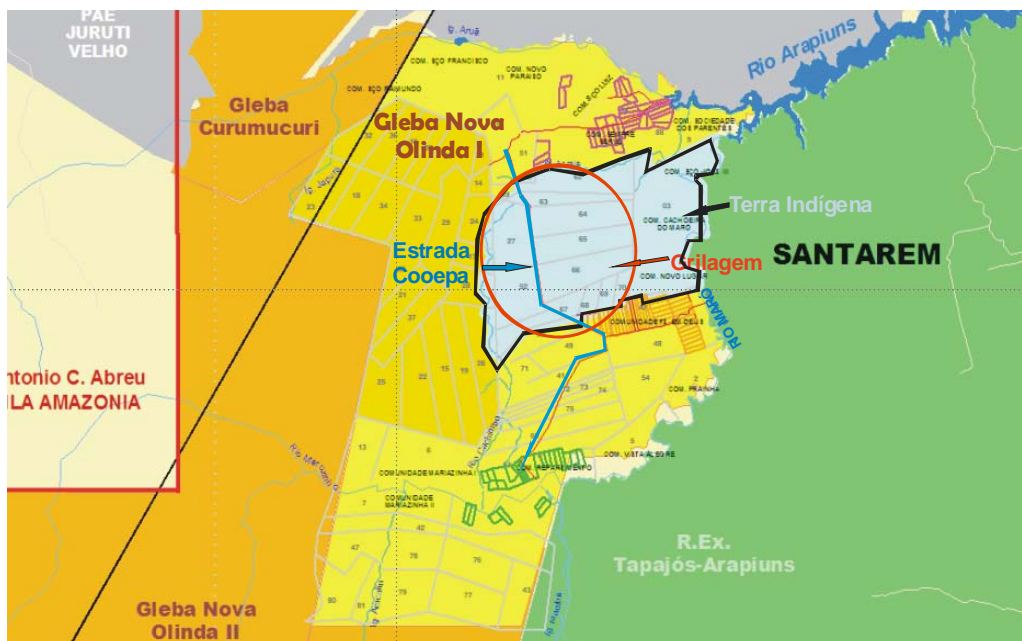
A situação hoje pouco mudou. A tentativa do Iterpa em resolver a situação fundiária na Gleba Nova Olinda não é satisfatória. A presença dos grileiros na terra dos indígenas continua sem nenhuma atuação do Governo do Estado. Os estudos antropológicos para identificação das terras indígenas estão atrasados. Somente em julho um grupo técnico seguiu para as aldeias para iniciar o trabalho de identificação.



## Comissão Pastoral da Terra Diocese de Santarém

As comunidades não indígenas da Gleba aguardam definição do Iterpa para a criação de assentamentos.

### Situação Fundiária Gleba Nova Olinda I



Fonte: ITERPA, 2007. Modificado por CPT, 2008.

Mapa Indicando Terra Indígena Arapiun Borari e a situação de conflito fundiário.

Na região do **Planalto**, onde atua o projeto da CPT estão as maiores plantações de soja. Estas plantações estão localizadas entre a BR 163 e a PA 370. Ambas próximas ao porto da multinacional Cargill. Esta proximidade, intencional, facilita o escoamento da produção da soja pelo porto. Portanto, os impactos da soja nesta região são tão danosos como em outras áreas, mas com um agravante, no planalto santareno e belterrense o cultivo da soja já é realidade há vários anos, o que tem intensificado e provocado disputa pela terra e conseqüentemente a expulsão dos pequenos camponeses.

A CPT durante visitas recentes ao planalto, observou grandes áreas de soja sendo plantadas. A soja nos municípios de Santarém e Belterra teve sua maior produção em 2005, com ligeira diminuição em 2007 (principalmente no município de Santarém). Em **2008 a produção retoma seu crescimento**.

Algumas análises consideram que as denúncias freqüentes referentes a irregularidades promovidas pelos produtores de soja, as dificuldades para acessar recursos no banco, mas principalmente o baixo preço da soja levaram os produtores a diminuir a produção de soja no pólo de Santarém.

Segundo levantamento feito junto ao IBGE, à estimativa de produção da soja até abril de 2008 era de 46.575 toneladas em Santarém e de 27.000 toneladas em Belterra.

Rua Floriano Peixoto, 634 – Altos – Fone: 093 3522 1777 - Cep 68.005-060 E-mail

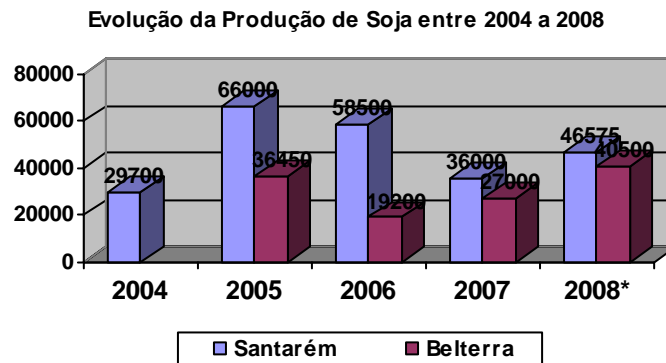
[cptsantarem@gmail.com](mailto:cptsantarem@gmail.com)

Santarém-Pará



**Comissão Pastoral da Terra**  
**Diocese de Santarém**

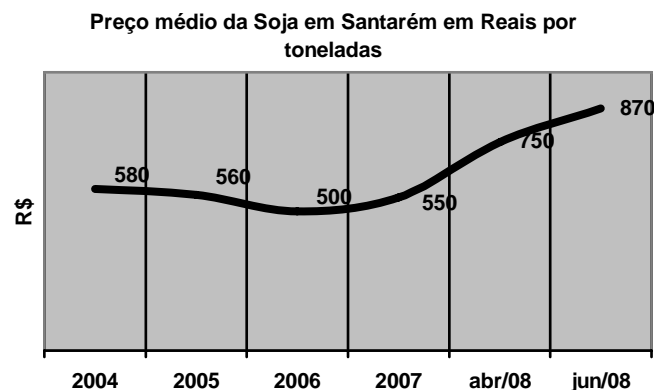
Já neste primeiro período de plantio, em Santarém, houve um aumento de 10.000 toneladas em comparação a todo ano de 2007. Porém, em junho quando o IBGE atualizou os dados foi observado um aumento na produção de soja em Belterra que chegou a 40.500 toneladas. Este crescimento vai confirmando o prognóstico de aumento da produção de soja para os próximos anos na região.



\* produção até junho de 2008.

Fonte IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola LSPA.

No mesmo levantamento, o preço médio no início deste ano foi de R\$ 750,00 (Setecentos e cinquenta reais) a tonelada, alcançando já em junho, o valor de R\$ 870,00 (oitocentos e setenta reais). Em 2007 o preço médio da tonelada foi de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais). Já em 2005, quando houve a maior produção, o preço médio por tonelada foi de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais). Assim, o preço da soja hoje é um grande incentivo para a produção, justificando o aumento de áreas com soja em Santarém e Belterra.



Fonte IBGE. Elaboração CPT-2008.

Segundo as observações feitas nas visitas à região e conversas com moradores, as áreas utilizadas para a produção da soja são aquelas já usadas em 2005 com a soja e arroz. Por outro lado, moradores da comunidade de Lavras denunciam que os produtores de soja estão comprando terras e plantando soja no entorno da BR 163, mais ao sul da cidade de Santarém em áreas próximas a Assentamentos do INCRA, aumentando assim, a ameaça às comunidades locais. Já são nove comunidades do



**Comissão Pastoral da Terra**  
**Diocese de Santarém**

planalto santareno e belterrense que desapareceram. Segundo os Sindicatos de Santarém e Belterra 31 comunidades tiveram sua população diminuída provocados pelos impactos negativos a partir da chegada da soja.

O controle dos acessos dos comunitários pelos produtores de soja tem criado dificuldade na locomoção e escoamento da produção dos camponeses. Estradas que até pouco tempo eram comunitárias passaram a ter portões ou placas que indicam propriedade particular e impedem a passagem. Outra situação danosa às famílias de camponeses é o período de aplicação de produtos químicos nos plantios de soja. Como os campos de soja estão localizados próximos às comunidades o vento carrega facilmente os produtos químicos para dentro das casas causando mal estar às pessoas. Os moradores relatam que quem mais sofre neste processo são as crianças. Citam inclusive, que aulas foram paralisadas nos dias de aplicação dos produtos químicos.



Fotos cedidas pelo IBAMA Santarém.

Outra situação de contaminação denunciada pelos moradores atinge os igarapés que abastecem as comunidades. Eles denunciam que aproximadamente 15 igarapés estão ameaçados de envenenamento. O Igarapé do Pimenta mudou a coloração de suas águas e as crianças que o usam tem apresentado problemas como diarreia, irritação nasal e da pele. Estes mesmos moradores relatam que não há menor cuidado com os recipientes dos produtos tóxicos. Esta denúncia pode ser comprovada com fotos feitas pelo IBAMA em 2005, durante fiscalização realizada em áreas de soja.

Esta situação é alarmante à medida que as populações locais são ignoradas e expulsas direta ou indiretamente para dar lugar aos campos de soja. As escolas e igrejas estão sendo fechadas, por não haver mais comunitários. Quem resiste em permanecer é obrigado a conviver com as regras impostas pelos novos donos da terra.

A **Moratória da Soja** que foi tão divulgada, não passou de propaganda. Serviu apenas aos interesses dos representantes da soja que precisavam de um marketing junto aos consumidores da Europa que ameaçavam boicotar produtos ligados a soja da Amazônia. Depois de dois anos da divulgação da moratória os impactos sociais continuam. A CPT sempre se posicionou contrária à moratória, por entender que a mesma não atendia os interesses das populações locais. Nos dois últimos anos a soja continuou sendo plantada pelos mesmos produtores que descumpriram regras ambientais e fundiárias e venderam sua produção ao único comprador na região, a Cargill.

Rua Floriano Peixoto, 634 – Altos – Fone: 093 3522 1777 - Cep 68.005-060 E-mail

[cptsantarem@gmail.com](mailto:cptsantarem@gmail.com)

Santarém-Pará



**Comissão Pastoral da Terra**  
**Diocese de Santarém**

A multinacional Cargill que construiu seu porto em Santarém a revelia das leis brasileiras, corre para cumprir decisão da justiça de elaboração do **Estudo de Impactos Ambientais (EIA) e Relatório de Impactos ao Meio Ambiente (RIMA)**. A multinacional contratou uma empresa de São Paulo, que nas conversas com os movimentos sociais demonstrou certa parcialidade em favor da empresa que a contratou. Se este fato se confirmar no final do EIA/RIMA significa que mais uma vez a população que sofreu durante todos estes anos os impactos provocados com a chegada da Cargill continuará sendo ignoradas e desrespeitada.

A CPT e outras equipes da Pastoral Social da Diocese de Santarém foram convidadas para uma reunião com representantes da Cargill em Santarém. Porém, quando propusemos que tal reunião fosse realizada em nosso escritório, já que não reconhecemos legalmente a empresa em nossa cidade, os representantes da empresa não nos procuraram mais.

A CPT continuará acompanhando a dinâmica da soja no Pará, não deixando de denunciar seus impactos sociais e ambientais, prestando serviço aos trabalhadores do campo, vítimas do processo violento imposto pela prática de produtores de soja na Amazônia. Assim como, a elaboração de material que subsidie a sociedade em geral sobre o tema.

A permanência da agricultura familiar no campo é a garantia de uma produção diversificada que atende as necessidades alimentares da população local. Acreditamos que este modelo de desenvolvimento proposto pelo agronegócio exportador põe em risco a soberania alimentar dos povos da Amazônia.

Santarém, 29 de agosto de 2008.

CPT Santarém/PA.